

## FORMAS DE OCUPAÇÃO RURAL EM ALCOUTIM (SÉCULOS V-X)

Helena CATARINO

Universidade de Coimbra

### Resumen

O concelho de Alcoutim, pobre e periférico do Algarve, situa-se numa região rica em vestígios arqueológicos e em estreita relação com o rio Guadiana, principal eixo de comunicações com o Mediterrâneo, desde a Antiguidade.

As prospecções arqueológicas têm vindo a mostrar uma grande densidade de ocupação romana, tardo-antiga/visigótica e islâmica, de que apenas se ilustram aqui alguns exemplos pontuais: povoados de altura, relacionados com a exploração mineira; *villae* tardo-romanas, que permaneceram ocupadas nos períodos visigótico e muçulmano; as fortificações islâmicas do Castelo das Relíquias e do Castelo Velho de Alcoutim.

Da diversidade de sítios arqueológicos, com cronologia entre os séculos V e X, são de salientar os que revelaram elementos arquitectónicos de mármore e edifícios religiosos, por exemplo a igreja visigótica do Montinho das Laranjeiras e a mesquita do Castelo Velho de Alcoutim.

*Palavras-chave:* Villae tardo-antigas; povoados de altura; minas; igreja visigótica; mesquita; Castelo Velho de Alcoutim.

### 1. Considerações prévias

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Alcoutim (CATARINO, 1997/98) permitiram constatar um património arqueológico rico e diversificado: monumentos megalíticos, necrópoles de cistas e povoados pré e proto-históricos; abundantes vestígios de época romana, com particular destaque para dois *castella* do período republicano e inícios do Império, um em Alcaria Cova e o outro perto do Montinho das Laranjeiras; *villae* situadas principalmente junto ao Guadiana e seus afluentes, em rechãs propícias à prática da pequena agricultura, algumas das quais com ocupação que se prolonga pela Antiguidade tardia e época islâmica; pequenas povoações de altura, de

cronologia pouco precisa – entre a Antiguidade e o Islão -, situadas nos espaços de montanha, no interior do concelho, com boas condições para a prática da pastorícia e, sobretudo, para a actividade de exploração mineira; enfim, numerosos povoados do período muçulmano, alguns deles correspondentes a grandes alcarias, e dois castelos de época omíada, que distam cerca de 24km entre si: o das Relíquias, situado numa elevação sobre a ribeira do Vascão, na freguesia de Giões; e o Castelo Velho de Alcoutim, debruçado sobre o rio Guadiana, a cerca de 1 km para norte da vila actual.

Apesar da densidade de vestígios registados, não é tarefa fácil realizar uma análise exaustiva de todas as formas de ocupação rural em Alcoutim, entre os séculos V e X, em parte devido à falta de escavações

arqueológicas com projectos de investigação direccionados para este período. A dificuldade reside, desde logo, em determinar com precisão o ponto de partida e definir as sucessivas transformações ocorridas no povoamento, durante esse longo período cronológico, tendo como provas materiais as meras recolhas de superfície. Tentarei, no entanto, fazer uma breve síntese, com sugestões de trabalho e hipóteses interpretativas, tomando como exemplos alguns dos povoados do interior do concelho, que se encontram em estreita relação com áreas de exploração mineira, as principais *villae* situadas perto do Guadiana e os vestígios arqueológicos que apontam para a existência de espaços religiosos de época paleocristã, visigótica e islâmica, estando o último caso representado na mesquita do Castelo Velho de Alcoutim.

## 2. Povoados e minas entre a Antiguidade e o período islâmico

Em Portugal, a ideia, de há muito enraizada, de que a exploração mineira da Península Ibérica decaiu no século III, para desaparecer no século V, após as invasões bárbaras, deve ser repensada. No Algarve, as condições geológicas da faixa piritosa do Alentejo atingem a Serra em manchas de minério, exploradas desde o Calcolítico e que, ainda que de forma descontínua, laboravam no período tardo antigo e islâmico. Um desses exemplos é a mina de Santo Estevão, em Silves, com exploração tardia, do século IV (DOMERGUE, 1990: 216), data sugerida a partir do achado de uma lucerna tardo-romana. Esta mina, porém, estava em exploração na época islâmica, já que também aí se encontrou um candil, decorado a corda seca parcial, hoje depositado no Museu dos Serviços Geológicos, em Lisboa.

Para o período em questão, apesar da escassez de fontes arqueológicas, é de crer que algumas das minas de Alcoutim continuassem a ser exploradas, já que se identificaram, no mesmo local, ou em áreas adjacentes, povoados a que pode atribuir-se uma cronologia entre a tardo-antiguidade e a época islâmica. Além disso, não podemos esquecer o facto de as fontes escritas árabes, nomeadamente em Ibn Saíde, referirem as minas de Ossonoba, designadamente as de estanho, de excelente qualidade, semelhante à prata.

Alguns desses sítios arqueológicos devem ter sido pequenas povoações familiares/comunitárias, cuja população, pela relação de proximidade, se dedicaria à exploração mineira, certamente que a uma escala local, à medida das suas necessidades, bem como ao pastoreio, tecelagem e pequena agricultura de

subsistência. Do inventário já antes elaborado para as minas e povoados deste tipo (CATARINO, 1997/98: 263-302, 690-701), apenas se ilustram aqui três casos de nítida relação de proximidade.

1. Os sítios do Cerro do Lírio (nº 2 da Fig. 1) e da Cerca das Alcarias do Laborato (nº 21 da Fig. 1) situam-se perto do Cerro da Mina, também conhecido por Cerro das Ferrarias e Cova dos Mouros, entre Martinlongo e Laborato. Pelas descrições do século XIX, esta mina tinha vestígios de trabalhos antigos de exploração e de fundição e encontrou-se, ao desentulhar uma galeria, um denário de prata, com cunhagem de Antonino Pio (136-161 D. C.), que data a lavra romana (VEIGA, 1889: 68-69; ALARCÃO, 1988: 204).

Próximo desta, o Cerro do Lírio, implantado num cabeço bem destacado na paisagem, é nitidamente um povoado de altura, eventualmente com muralhas. Abundam à superfície as telhas decoradas, blocos de escória e argamassas queimadas, de fornos de fundição, assim como fragmentos de cerâmica comum grosseira, que inclui as decorações incisas e digitadas, estando ausentes as cerâmicas tipicamente romanas e as de superfícies vidradas, plenamente islâmicas.

A noroeste deste povoado, numa área de colinas pouco elevadas, está o sítio da Cerca das Alcarias, junto da actual povoação do Laborato. A prospecção revelou aqui, por sua vez, alinhamentos de paredes, telhas digitadas, ladrilhos e grande quantidade de cerâmicas islâmicas, incluindo as de superfícies vidradas e decoradas, assim como blocos de escórias. Segundo indicação oral, também aí havia um cemitério, hoje destruído pela lavoura.

Para além dos vestígios romanos directamente relacionados com a mina, podemos colocar a hipótese de ao Cerro do Lírio corresponder uma ocupação tardo-antiga e do período visigótico, podendo o sítio ter sido abandonado na fase islâmica antiga, antes da difusão das cerâmicas vidradas. Por outro lado, a alcaria ter-se-á desenvolvido no califado, ou desde os reinos de taifa, para continuar como povoação rural até à actualidade, embora se tenham observado algumas deslocações topográficas nos espaços habitados.

2. Os vestígios arqueológicos da Corga dos Coiros (nº 18 da Fig. 1) e do Curralão (nº 3 da Fig. 1) encontram-se nas imediações da mina da Couraça, que teve exploração a céu aberto, sobre o Barranco do Bem Parece e a ribeira do Ribeirão, na área da actual povoação de Santa Justa.

Na Corga dos Coiros havia sepulturas, numa zona hoje muito destruída pela lavoura. Nesta área, entre

os achados de superfície, destacam-se algumas cerâmicas comuns grosseiras, fragmentos de ânforas (dois fundos de tipo Almagro 51C) e uma moeda do século IV-V, provavelmente da época de Arcádio.

Por sua vez, o povoado do Curralão estende-se por um cabeço e colinas até ao vale do Ribeirão, onde está a mina. Uma enorme cerca de gado aproveita materiais de construção e recolheu-se cerâmica comum, de fabricos grosseiros, algumas decorações incisas e cordões plásticos digitados, bem como blocos de escória, que evidenciam a existência de actividade metalúrgica.

Também nestes dois casos parece ter havido uma relação estreita entre o habitat e a exploração mineira, na época tardo-romana e no período que podemos designar de visigótico-emiral, ainda mal definido em termos materiais. Se as cerâmicas de superfícies pintadas e vidradas estão ausentes no Curralão, aparecem, porém, no sítio dos Alcariaais de Santa Justa, ou Barreiros (nº 29 da Fig. 1), onde se terá instalado um pequeno povoado plenamente islâmico.

3. Na área da actual povoação de Alcaria Queimada houve intensa exploração mineira antiga. Por exemplo, a mina (em galerias e a céu aberto) designada por Moricão, ou do Barranco do Zambujal, estaria associada ao sítio romano de S. Bento Velho (nº 19 da Fig. 1), a 0,5 Km para norte da mina. Este povoado, que pode ter correspondido a uma *villa* romana, estende-se pelas duas margens da ribeira da Foupana e, apesar de se encontrar muito destruído, recolheram-se abundantes materiais de construção (tégulas, imbrices, telhas digitadas, ladrilhos), fragmentos de *sigillata*, incluindo clara D, e cerâmica comum romana e da Antiguidade tardia. Por outro lado, a tradição oral localiza aí um primitivo templo, dedicado a S Bento, culto mais tarde transferido para Alcaria Queimada. Os achados de superfície não revelaram, porém, quaisquer elementos arquitectónicos de mármore, ou paredes que tivessem pertencido a um edifício cristão.

Tal como nos casos anteriores, este sítio arqueológico parece ter-se despovoado, em data incerta, um pouco antes ou nos inícios da ocupação islâmica, tendo-se verificado que, para este período, os Alcariaais de Alcaria Queimada (nº 60 da Fig. 1) revelaram, por seu lado, muitas escórias e materiais de construção, alinhamentos de paredes e cerâmica, que indica uma ocupação, pelo menos, a partir dos séculos X/XI, mantendo-se a povoação actual nas proximidades da antiga alcaria islâmica.

Para além de outros sítios não comentados no texto, estes modelos de povoamento, cuja cronologia pode estabelecer-se entre os séculos V/VI e IX/X, localizam-se em cabeços elevados, por vezes com

encostas abruptas, correspondendo a povoados de altura, ou em áreas de colinas e pequenas elevações, junto de meandros das ribeiras afluentes do Guadiana. Pelos vestígios de superfície, depreende-se que as comunidades rurais que aí habitavam se dedicavam à exploração das minas e ao pastoreio, nomeadamente de ovinos, e subsequente prática da tecelagem, se tivermos em atenção o facto de em alguns dos povoados deste tipo, onde estão quase sempre ausentes a *sigillata* e as tégulas, se recolherem pesos de tear, para além de abundantes fragmentos de *dolia* e cerâmica comum.

A cerâmica mais representativa para o período em análise caracteriza-se por fabrico manual/torno baixo, ou de rotação muito irregular, em produções locais e regionais, de pastas grosseiras, ocre acastanhadas e avermelhadas, normalmente mal cozidas, com componentes não plásticos que incluem pequenos grãos de xisto e de quartzo. O leque de formas é muito reduzido: potes e/ou painéis de perfil em S, bordos boleados, ou com sulco em barbeta interna, para encaixe da tampa, colos muito curtos e oblíquos, corpos globulares e fundos planos; pratos e alguidares com fundo plano e paredes rectilíneas divergentes e tampas manuais planas. As decorações são feitas basicamente a partir da aplicação de cordões plásticos digitados, linhas incisas em ondulado, ou em ziguezague, e impressões com corda.

### 3. As *villae* ao longo do Guadiana

Deixando de parte os núcleos de povoamento tardo-antigo e islâmico mais afastados do Guadiana, é sobretudo ao longo da margem direita deste rio que a dinâmica de ocupação parece ter sido mais continuada, por vezes com poucas oscilações topográficas de *habitat* até à actualidade. Como pontos de referência, indicam-se os sítios arqueológicos localizados na Freguesia de Alcoutim, onde nos apercebemos de um ritmo regular de implantação, em meandros e plataformas pouco elevadas. De sul para norte, encontramos os seguintes exemplos:

1. A *villa* do Álamo, com a sua barragem tardo-romana e restos de edifícios, foi escavada no século XIX, por Estácio da Veiga, que aí recolheu também uma estátua de Apolo. Para além de restos de casas, identificaram-se sepulturas, escavadas nos seus pavimentos, assim como uma necrópole de incineração, localizada junto da antiga estrada, a cerca de 100 m dos edifícios (SANTOS, 1972: 368). As prospecções de superfície mostram que o sítio terá continuado habitado no período islâmico. Para poente, os vestígios tardo-antigos e visigóticos

concentram-se também em torno da povoação de Corte das Donas (nº 16 da Fig. 1), por onde seguia uma antiga via de comunicação que, para sul, passava junto do povoado de altura do Fadagoso (nº 18 da Fig. 1), de onde se recolheram, para além de fragmentos de dolia e de pesos de tear, telhas digitadas e cerâmica comum, decorada com cordões plásticos e incisões, que apontam para uma ocupação visigótica.

2. O Montinho das Laranjeiras, também identificado e escavado pela primeira vez no século XIX, na sequência das cheias do Guadiana, fica a escassos 3/3,5 km para norte do Álamo e foi igualmente ocupado no período islâmico, facto que será comentado no ponto 4 deste estudo.

3. Vale de Condes, a 4 km para norte, foi seguramente outra *villa*, na qual se recolheram elementos arquitectónicos romanos e onde, para além de um cemitério visigótico, teria existido um templo cristão. Pelos achados de superfície não parece, porém, que o local tenha continuado habitado no período muçulmano.

4. O Vale da Lourinhã fica aproximadamente a 5 km para norte de Vale de Condes e, do outro lado do rio, a ocupação romana está igualmente comprovada no sítio de Huerta Torres, a norte de Sanlúcar del Guadiana. Na Lourinhã, os vestígios de superfície são abundantes, desde os fragmentos de cerâmica de paredes finas à *sigillata* clara D e à cerâmica comum grosseira tardia. A densa e vasta área de ocupação aponta para a existência de outra *villa*, que teria umas termas, denunciadas pelos materiais de construção - os tijolos típicos dos arcos de hipocausto - e restos de uma fornalha, aproveitada, mais tarde, em época indeterminada, como forno de fundição. Pelo tipo de materiais arqueológicos aí encontrados, parece depreender-se que o abandono do sítio estará directamente relacionado com a construção do Castelo Velho de Alcoutim, localizado a cerca de 0,5km.

5. O Enxoval, situado a sul da foz do Vascão, é outro sítio que pode ter sido, embora com mais dúvidas, uma *villa* tardo-romana, que dista cerca de 5 km para norte da Lourinhã e está quase em frente do povoado mineiro de Puerto de la Laje, na outra margem do Guadiana. Junto do rio, onde pode ter existido um cais, os achados de superfície incluem *sigillata* clara D tardia, sendo que, no cabeço próximo, aparecem restos de paredes e blocos de *opus signinum*. A ocupação islâmica está um pouco mais afastada do rio, no cabeço dos Alcariais do Enxoval.

Como estes exemplos mostram, algumas *villae* tardo-romanas do concelho situam-se em estreita relação

com a importante via fluvial do Guadiana e distam entre si aproximadamente 3,5/4 km a 5 km, numa malha regular de distribuição. Mantiveram uma certa dinâmica de ocupação, continuando a importar *sigillata*, sobretudo a Clara D tardia, e apresentam, entre os achados de superfície, cerâmicas de fabrico grosseiro, que apontam para cronologia de época visigótica. Se alguns destes sítios arqueológicos, como Vale de Condes, não parecem ter sido ocupados no período islâmico, na maioria, porém, devem ter continuado habitados ou, pelo menos, a ter povoações deste período nas suas imediações.

#### 4. Elementos arquitectónicos e edifícios religiosos

É impossível que a adopção do cristianismo, por parte dos habitantes dos sítios tardo-romanos de Alcoutim, passasse, em todos eles, pela cristianização de anteriores espaços públicos ou privados. No entanto, algumas sepulturas, com orientação nascente/poente, como acontece no Álamo, podem ser paleocristãs, ou mesmo visigóticas, já que se encontravam afastadas da necrópole de incineração e a sua abertura provocou destruição nos pavimentos de edifícios romanos. Mais razoável será pensar que alguns achados de elementos arquitectónicos de mármore apontam, sobretudo pela sua decoração, para a existência de edifícios de culto de época tardo-antiga e visigótica, de que se apontam os exemplos mais significativos:

1. Em Clarines (Freguesia de Giões), os vestígios arqueológicos parecem confirmar a existência de uma igreja muito mais antiga do que a capela construída nos finais da Baixa Idade Média. Em torno da actual povoação, as prospecções revelaram uma grande densidade de núcleos de povoamento, desde a Pré-História à época islâmica (CATARINO, 1997/98: 182-185). Um dos sítios, a Cerca das Oliveiras, teve ocupação romana e muçulmana, aparentemente contínua, que se estendia até às proximidades da capela tardo-medieval, cujas ruínas foram restauradas nos inícios dos anos 90 do século XX. Quando a capela estava em ruínas podiam ver-se, aproveitadas nas paredes, algumas pedras decoradas, de época visigótica, pertencendo seguramente a esse conjunto uma placa de mármore referida por D. Fernando de Almeida (1962: 213, fig. 190).

A maior parte dessas pedras perdeu-se durante as obras de restauro, que não tiveram o devido acompanhamento arqueológico. Conseguí, no entanto, recuperar a base de uma coluna de mármore acinzentado, de base quadrada, com 40 cm de lado, e arranque de fuste, com 28 cm de diâmetro. Conservaram-se duas pedras, também de mármore

cinzento, incrustadas nas paredes, no lado direito da porta: um friso, ou pilastra muito estreita, com 10/11 cm de espessura e 50/52 cm de comprimento, decorada com rosetas quadrifoliadas inscritas em círculos (Fig. 7); a outra pedra, colocada na esquina da parede, devia pertencer a uma placa, com 10/12 cm de espessura e 43 cm por 55 cm de lado, estreitando para 6 cm de espessura, na ponta do lado mais longo. Apresenta, junto do ângulo do lado mais estreito, uma decoração floral inscrita em círculo, de 8/10 cm de diâmetro, e roseta interna de seis pétalas (CATARINO, 1997/98: 544 e Est. CLXVIII.2 e Est. CLXIX.1 e 2).

Os quadrifólios inscritos em círculos secantes são bastante comuns na decoração de época visigótica e Maria Cruz Villalón enquadra a pedra de Clarines, publicada por D. Fernando de Almeida, no grupo B das pilastras visigóticas de Mérida, de Idanha-a-Velha e de Beja. Segundo a autora, este grupo corresponderá às novas tendências bizantinas e sassânidas, numa cronologia que se alonga pelo século VII, podendo ultrapassar este século (CRUZ VILLALÓN, 1985: 172, 176 e mapa III).

A quantidade e a qualidade dos elementos arquitectónicos, de mármore, encontrados em Clarines, levam a acreditar que aí tenha existido um templo cristão, talvez mesmo de uma paróquia rural visigótica, com continuidade moçárabe, num culto ainda hoje dedicado a Nossa Senhora da Oliveira.

Por outro lado, os vestígios arqueológicos identificados nesta região da freguesia de Giões, grosso modo atribuídos ao período que medeia entre a época tardo-antiga e o processo de islamização, estão bem representados não só em Clarines, mas também em outros núcleos de habitat próximos, por exemplo no sítio tardo-romano de Alvragil (nº 4 da Fig. 1), no povoado de altura de Balrões (nº 6 da Fig. 1) e nos alcariais do Cerro do Major (nº 32 da Fig. 1). Finalmente, a islamização do território foi acompanhada da edificação do Castelo das Relíquias, *hisn* de fundação omíada (emiral/califal) que passa a ser o centro urbano (cerca de 4ha de área amuralhada) de um distrito rural da *kura* de Ocsonoba.

**2.** O sítio da Cerca das Oliveiras de S. Martinho Velho, em Cortes Pereiras (CATARINO, 1997/98: 168-196), a 4/5 km para poente do Castelo Velho de Alcoutim e da *villa* romana de Vale da Lourinhã, pode mesmo ter correspondido a um *vicus* mineiro. A densidade de vestígios, que incluem uma ara do século II d.C. (ENCARNAÇÃO, 1984: 149-150), espalha-se por vários cabeços, até aos Currais Velhos. No ponto mais elevado estão as ruínas de

uma capela, edificada na Baixa Idade Média e dedicada ao culto de S. Martinho.

Nas proximidades da capela, conservava-se, há anos, um grande bloco de mármore acinzentado, de elemento arquitectónico provavelmente romano. Por outro lado, na Fonte do Povo, podia ver-se um pequeno tanque, que aproveitava uma pia incompleta, sub-rectangular, de mármore também acinzentado (Fig. 6.). Tem, no fundo interno, 45/46 cm por 70/72 cm de lado e, no exterior, junto do bordo, 55/60 cm por 108/110 cm (no lado partido). A altura externa é de 43/45 cm e a interna tem 30/32 cm. Apresenta rebordo alto e bem marcado, devido a rebaixamento da parte inferior externa (CATARINO, 1997/98: Est. CLXVI).

Segundo a tradição, fazia parte de uma pia de baptismo trazida da zona da capela. Pelo facto de esta ermida, que teve visitas da Ordem de Santiago, no século XVI, nunca ter sido sede de paróquia, é provável que o fragmento da pia tivesse pertencido a um edifício religioso mais antigo, eventualmente do período paleocristão. Assim sendo, seria talvez uma piscina baptismal rectangular que estava, na posição original, semi enterrada, o que pode explicar o rebaixamento inferior externo, pois só o rebordo superior estaria acima do solo. Por estar incompleta e fora de contexto, não podemos, porém, garantir qual a sua função original. No estado actual da investigação, embora o hagiopónimo S. Martinho seja antigo, é difícil, portanto, dizer até que ponto terá existido, ou não, um edifício religioso paleocristão em Cortes Pereiras.

**3.** Como já indiquei, é junto do rio Guadiana que se encontram as principais *villae* romanas, onde se constata uma certa continuidade de ocupação tardo-romana e visigótica, como mostraram as prospecções na área de Vale de Condes. Este sítio arqueológico fica situado numa plataforma, entre o rio e uma pequena elevação, passando-lhe a meio a estrada marginal do rio. A vila de Alcoutim está a cerca de 3,5/4 km a norte e o Montinho das Laranjeiras fica a 4 km para sul (CATARINO, 1997/98: 205-206).

As obras de alargamento da estrada municipal puseram a descoberto parte de uma necrópole e trouxeram à superfície a base de grande coluna romana, de mármore (*ibid.*: Est. CLXVII 1 e 2), depositada na Câmara Municipal de Alcoutim e entretanto desaparecida. De um muro de divisão de propriedade, recolhi também um fuste de coluna, com 25 cm de diâmetro e 75 cm de altura conservada. Por toda a plataforma, entre a estrada e o rio, podem recolher-se materiais de construção, fragmentos de cerâmica comum e *sigillata* tardia, estando ausentes as cerâmicas islâmicas.

Junto de uma parede, paralela à estrada, aparecem os restos de uma construção, de que são visíveis alguns muros, um dos quais com 5,5 m de comprimento. As paredes, com 65 cm de espessura, são feitas de xisto e aproveitamento de ladrilhos, argamassadas com forte componente de cal. Uma violação efectuada no local trouxe à superfície uma pedra, de mármore branco com veios cinzentos, que pertencia a metade da base de uma mesa de altar, actualmente exposta no núcleo museológico do castelo de Alcoutim. Tem 112 cm por 75 cm de lado e 20 cm de espessura e apresenta, nos lados maiores, respectivamente, um negativo de 22/23 cm de diâmetro, para o encaixe do pé central e, no lado oposto, dois negativos quadrados, com 16 cm de lado, onde assentavam os pés laterais.

Do outro lado da estrada, a escavação de emergência, realizada por Isabel Inácio, na zona da necrópole, revelou um conjunto de vinte sepulturas, embora não se tivesse escavado integralmente toda a área cemiterial. As sepulturas têm uma orientação a nascente/poente, são estruturadas em caixa, não continham espólio no interior, e atribuem-se genericamente ao período visigótico. Infelizmente, o carácter de emergência da escavação não permitiu um estudo continuado e a estação não voltou e ter qualquer intervenção arqueológica.

Pelos vestígios de superfície na área da *villa* e pelo cemitério a ela associado, é de crer que neste sítio tivesse existido um templo romano, possivelmente cristianizado em época paleocristã, ou visigótica. A ausência de quaisquer vestígios medievais à superfície levam a considerar que o local não tenha continuado habitado durante a época islâmica. Tal facto, porém, pode não invalidar a sobrevivência, por algum tempo, do edifício religioso, já que a tradição oral também nomeia o local por Igrejinha.

**4. O Montinho das Laranjeiras (Fig. 2.1.),** pelo facto de ter sido objecto de várias intervenções arqueológicas, pela importância da sua igreja cruciforme e longa diacronia de ocupação, representa um caso particular.

Esta estação arqueológica situa-se na povoação do mesmo nome, numa plataforma sobranceira ao Guadiana, a 8 km para sul de Alcoutim e a cerca de 3,5 km a norte do Álamo. O sítio foi descoberto e escavado, pela primeira vez, no século XIX, por Estácio da Veiga (VEIGA, 1887), e reescavado nos finais do século XX, por Justino Maciel (MACIEL, 1993, 1996, 2000), que reinterpretou o edifício cruciforme como tendo pertencido a uma igreja paleocristã de influência bizantina. Mais recentemente, no âmbito do projecto de musealização das ruínas, foram escavadas, sob a direcção de Helder

Coutinho, as casas de época islâmica, situadas no lado noroeste do edifício religioso (COUTINHO, 2003: 265-278).

Nesta *villa* romana, com ocupação, aparentemente ininterrupta, até ao século XIII, foi edificado, nos finais do século VI, ou inícios do seguinte, um templo cristão, que parece assentar num edifício anterior, facto denunciado pela sobreposição de paredes (Fig. 2.2.). A igreja tem planta cruciforme, de braços assimétricos, com paredes de xisto, argamassadas com forte componente de cal, e o solo estava revestido a *opus tessellatum*. No prolongamento do braço noroeste, um corredor dava acesso à sala onde estava o baptistério, de pequena piscina rectangular, com degraus laterais, também revestida a mosaicos. A existência de um baptistério leva a crer que o edifício não seria uma mera basilica privada, mas sim um edifício com função litúrgica e baptismal, certamente de uma paróquia rural.

Como descreve Justino Maciel, o braço sudoeste era o eixo maior da igreja e articulava-se com uma espécie de átrio que tinha, na origem, duas entradas laterais. O braço sudeste era mais curto e terá funcionado como cabeceira, embora não se conserve no solo qualquer marca da localização do altar. O braço nordeste é mais curto do que o situado a sudoeste e teria um espaço articulado, sendo por aqui a entrada no templo (MACIEL, 1996: 94).

Este braço está hoje totalmente arrasado, mas era ainda visível na planta do século XIX. Porque está voltado para o rio, portanto sensivelmente a nascente, penso que a entrada por este lado seria pouco coerente com a orientação canónica dos templos de época visigótica. Pelo contrário, o eixo oposto, sendo o braço mais amplo, deve ter servido de nave principal. Além disso, porque tinha um átrio externo, de duas entradas, parece-me mais condicente com a localização da porta de acesso à igreja que, assim sendo, teria a primitiva cabeceira a nascente (braço nordeste) e não a sudeste, onde não existem, sequer, vestígios do encaixe da base do altar. Pelo contrário, nessa área, há uma sepultura, precisamente atravessada na sua frente, entre o cruzeiro e o braço sudeste, que apresenta uma orientação sensivelmente a nascente/poente. Este facto também não me parece muito conforme com a relação de orientação entre sepultura e cabeceira a sudeste, mas seria mais lógica se o altar estivesse voltado para nascente, nesse caso no braço nordeste.

A igreja sofreu transformações, numa segunda fase. Para Justino Maciel são desta fase, atribuída ao século VII, as seguintes alterações: abertura de sepulturas, que assentavam “quer directamente sobre o mosaico, quer em covas antropomórficas escavadas

na rocha de xisto” (MACIEL, 1996: 94); porta do átrio noroeste entaipada, com parede de xisto e argamassa de terra; acrescento de uma segunda cabeceira, mais pequena, com construção idêntica de pedra e terra, situada no prolongamento do braço sudeste, onde também não se registaram as marcas da existência do altar (*ibid.*: 94 e 96).

Da confrontação atenta dos vestígios ainda conservados no terreno, com as descrições e as plantas do edifício, do século XIX e actuais (SANTOS, 1972; MACIEL, 1996), sou levada a questionar a hipótese de esta segunda fase ter dois momentos distintos.

Devem pertencer ao século VII, as nove sepulturas, abertas no exterior e interior da igreja, que assentam e cortam os mosaicos e apresentam uma orientação sensivelmente a nascente/poente. Têm orientação *suis generis* em relação à suposta cabeceira, voltada a sudeste, mas não a teriam se a cabeceira estivesse a nascente, voltada para o rio. Podemos ainda ver, além da que se situa em frente do braço sudeste, duas outras, em cada lado da entrada do eixo mais amplo da igreja, sendo que uma delas assentava sobre os restos do mosaico e tinha os “cantos revestidos a *opus signinum*” (*ibid.*: 96). Se acrescentarmos o facto de Estácio da Veiga ter exumado nove jarrinhos inteiros<sup>1</sup>, um dos quais decorado com pintura vermelha sobre superfícies esbranquiçadas, de tipologia idêntica a outros exemplares, datados de finais do século VI e do século VII, provenientes de necrópoles visigóticas, em particular da Andaluzia e Estremadura espanhola, mais se reforça a hipótese de que essas peças tenham vindo das referidas sepulturas.

Em contrapartida, sugiro que devem pertencer a uma terceira fase, posterior ao período visigótico, todas as outras alterações. Em primeiro lugar, os aparelhos construtivos das remodelações/fecho da porta do átrio, transformado em mausoléu, e da segunda cabeceira, são iguais aos das construções islâmicas adjacentes ao edifício religioso, tendo as mesmas espessuras e argamassas de terra, ao contrário dos edifícios romanos e da primeira fase da igreja, que têm paredes mais largas e argamassas de cal; em segundo lugar, uma cabeceira pequena orientada a sudeste estará mais em conformidade com os cânones do Islão do que com uma orientação de um edifício cristão; finalmente, dez sepulturas têm orientação noroeste/sudeste, o que também está mais de acordo com a época muçulmana.

<sup>1</sup> Estas peças estão depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e em curso de estudo, por parte de Helder Coutinho.

Como é de conhecimento geral, foi hábito em Al-Andalus continuar a usar-se, num primeiro momento, edifícios e cemitérios cristãos, nos quais pode observar-se a islamização do espaço. Essa islamização está patente, respectivamente, na diferença de orientação das sepulturas, numa primeira fase com sentido norte/sul e depois a noroeste/sudeste, e na partilha inicial dos edifícios de culto que, quando são transformados em mesquitas, apresentam o acrescento de um *mihrab* voltado a sul ou a sudeste.

As dez sepulturas do Montinho das Laranjeiras, que têm orientação diferente das outras nove já indicadas, podem ter paralelos nas chamadas necrópoles mistas, referidas, entre outros, por Juan Zozaya (1999: 92), ou serem já posteriores ao século VIII, se tivermos em atenção a sua orientação clássica. Por outro lado, as diferentes orientações que se observam nas dezanove sepulturas até agora encontradas têm similitudes marcantes, para só citar um caso geograficamente próximo, com as do cemitério do Rossio do Carmo, em Mértola, onde o bem conhecido espaço funerário de época tardo-antiga e visigótica foi depois islamizado (TORRES e MACIAS, 1993: Fig. 19).

Quanto ao espaço, entretanto fechado, do átrio exterior ao braço maior do templo cruciforme, o facto de conter seis sepulturas com orientação a noroeste/sudeste confirma a hipótese de ter-se transformado em mausoléu. Embora este tipo de construções, salvo no caso das cubas funerárias, seja aparentemente raro nos cemitérios islâmicos de âmbito rural, a verdade é que podem ocorrer em alguns cemitérios urbanos. Dá-se como exemplos as duas mesquitas funerárias do cemitério de Yabal Faruh, em Málaga (FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, 1995: 77, Foto 1 e 2), bem como o panteão, de planta rectangular, identificado na necrópole de Sari'a Qadima, em Almeria, e interpretado como fazendo parte de uma específica organização familiar de cemitérios, em que as pessoas sepultadas no mesmo mausoléu teriam relações de parentesco (MARTÍNEZ GARCÍA *et al.*: 1995: 105, Fig. 1).

Finalmente, tem-se considerado que a igreja cruciforme faria parte de uma *ecclesia monasterium*, certamente por ter-se em consideração a relação de contiguidade com as construções adjacentes ao templo. Questiona-se, portanto, se o espaço terá “sobrevivido no período moçárabe, como o atestam significativos exemplos de cerâmicas muçulmanas encontradas no desenrolar das escavações, (ou) talvez tenha sofrido com as invasões muçulmanas, tão perto estava do rio Guadiana, designadamente na época omíada, na segunda metade do século VIII, em que

são destruídas igrejas cristãs em Toledo, Mérida e Beja” (MACIEL, 1996: 100).

Quanto a esta questão, já tive ocasião de argumentar que o templo pode ter-se conservado ao culto de uma comunidade moçárabe ou ter-se, mais possivelmente, transformado em pequena mesquita rural (CATARINO, 2001: 697). O certo é que, se a igreja se mantivesse aberta ao culto cristão, não se justificava que tivesse havido uma tão radical alteração na orientação das sepulturas. Além disso, as casas situadas no prolongamento noroeste do edifício religioso não são de um espaço monástico, nem foram destruídas no decurso do processo de islamização, já que pertencem a vivendas islâmicas, que apresentam os típicos pátios centrais e tiveram ocupação até à época almóada, sendo certamente abandonadas só depois da reconquista.

O actual estado de destruição do braço da igreja que se prolonga para a sala do baptistério não permite saber se este continuou em uso. Pode considerar-se a hipótese de a piscina baptismal se ter convertido em pia de abluções. No entanto, também pode ter acontecido que esta ala da primitiva igreja tivesse sido anulada, visto que, como pode ver-se na reprodução da planta do século XIX (SANTOS, 1972), há paredes de uma casa islâmica que aproveitam este espaço. Assim, pode ter havido, inclusivamente, uma alteração da primitiva planta cruciforme, que terá passado a uma planta rectangular, quando se anula este braço do lado do baptistério e a igreja se converteu em mesquita.

Sabe-se que foi comum a partilha de espaços funerários e religiosos e a transformação de igrejas visigóticas em mesquitas, como acontece, por exemplo, em Milreu, Casa Herrera, El Gatillo, etc. No primeiro caso, a basílica paleocristã ter-se-á transformado em mesquita, ou oratório islâmico, e as inscrições árabes indicam a existência de um espaço funerário, de tipo familiar (SIDARUS e TEICHNER, 1997: 184-185). Em Casa Herrera (Badajoz) foi fechada a primitiva porta, a norte, e abriu-se, no lado oposto, um espaço quadrangular, que terá funcionado como *mihrab*; acrescentou-se também um, orientado a sul, no edifício de El Gatillo (Cáceres), onde a zona do segundo baptistério foi convertida em mesquita; em ambos os casos, as transformações foram acompanhadas da abertura de sepulturas, orientadas a norte/sul (CABALLERO ZOREDA, 1998: 154, MATEOS e CABALLERO, 2003: 33-37, 67-72).

Relacionando o conjunto dos vestígios arqueológicos ainda conservados no Montinho das Laranjeiras, podemos observar que os edifícios romanos, que também revelaram ocupações posteriores, se concentram na zona meridional do templo e este, pela

sobreposição de um dos muros, parece assentar num edifício anterior, cujas paredes também eram argamassadas de cal. A uma primeira fase, com solos de mosaico, seguiu-se, certamente no século VII, a abertura de sepulturas, três das quais no interior da igreja. Também deve pertencer a esta fase o fragmento de imposta, de mármore de S. Brissos, decorada com círculos secantes gerando quadrifólios (MACIEL, 1996: 98, Fig. 7), motivos idênticos aos identificados em Clarines.

Finalmente, o fecho de uma das portas do átrio sudoeste, que penso ter sido a localização da primitiva entrada no templo, e o acrescento da cabeceira sudeste, que interpreto como *mihrab*, parecem, pelo tipo de construção e espessura das paredes, ser contemporâneos das casas islâmicas situadas junto do edifício religioso. As sepulturas, que apresentam orientação canónica para Meca, serão do mesmo período e fariam parte de um pequeno cemitério, que incluía um panteão familiar, para os muçulmanos que habitaram essas casas até ao século XIII.

## 5. A mesquita do Castelo Velho de Alcoutim

Bem destacado na paisagem, e numa localização aprazível, em estreita relação com o rio, o Castelo Velho de Alcoutim (Fig. 3.1.) situa-se a 1 km para norte da vila actual. Os trabalhos arqueológicos, iniciados em 1985, e ainda em curso de investigação, têm vindo a revelar um conjunto fortificado e edifícios habitacionais, com ocupação centrada entre o período emiral, porém com cerâmicas que ainda se podem filiar na época visigótica, e os finais do século XI, ou os inícios do século XII (Fig. 3.2). O abandono definitivo deve ter ocorrido, em data ainda mal definida, na transição para o período almorávida, ou na fase conturbada que antecede a época almóada, já que, até ao momento, não se recolheram as cerâmicas típicas deste último período.

O conjunto amuralhado do Castelo Velho inclui um fortim superior, com as características de pequeno palácio, ou alcácer rural, de planta rectangular, com 34 m por 22 m de lado, ocupando uma área interna com 704 m<sup>2</sup>. Está implantado no topo de uma crista rochosa previamente nivelada, tendo muralhas com 1,60/1,80 m de espessura, defendidas por torres maciças, quadradas e rectangulares, construídas a espaços regulares: uma rectangular, em cada tramo menor; duas em cada lado maior.

Uma segunda linha de muralhas, aparentemente a mais antiga, rodeia o reduto superior, que se lhe sobrepõe no canto sudoeste. Esta cerca inferior, com muralhas entre 1,30 m a 1,50 m de espessura, tem



igualmente planta rectangular, aproximadamente com 40/50 m por 80/90 m de lado, sendo protegida por torres quadrangulares, que se conservam no lado norte.

As escavações realizadas no alcácer e no recinto inferior permitiram identificar um conjunto de espaços habitacionais e/ou armazéns, bem como uma pequena mesquita privada. A ocupação do local, que poderá recuar ao período bizantino/visigótico, ou à fase inicial do emirado, sofreu sucessivas remodelações, reconstruções e acrescentos nos edifícios e nas muralhas, em especial na defesa das duas portas já identificadas, que eram de ingresso directo na primeira fase e sofreram, certamente no século XI, o acrescento de torres e antemuros que lhes deram a feição de entradas em cotovelo.

As maiores obras de reconstrução ter-se-ão verificado no século X. Estas obras mostram um programa construtivo califal, que reflecte um certo discurso de poder: no alcácer, as casas distribuam-se ao longo das muralhas, deixando livre o espaço central, ou pátio; no topo poente, existia um amplo salão, com cerca de 10 m de comprimento por 2,90/3 m de largura, a que se acrescentaria uma possível alcova, mais tarde fechada. Este devia ser o espaço nobre, usado como sala de recepção, ou de audiência. Também no recinto inferior se verificaram obras na mesma época, com reconstrução de casas, que se sobrepõem às mais antigas, numa reorientação dos novos edifícios e a construção de uma mesquita.

Acedemos ao interior do circuito amuralhado inferior por um vão de porta, a sudeste, que abria sobre o Guadiana, numa zona de forte inclinação do terreno. Inicialmente de entrada directa, entre duas torres quadradas, passa a ter um antemuro, reforço que se data do século XI. O vão de acesso é em degraus, sendo que um deles tem uma coluna de mármore, seguramente trazida da *villa* romana do Vale da Lourinhã, próxima do castelo.

Quando entramos neste recinto, deparamos com uma rua, bastante inclinada, que se dirigia directamente para a entrada no alcácer superior. Perto da porta, no lado direito de quem entra, podemos ver, em primeiro lugar, uma construção (espaço habitacional 13) da primeira fase de ocupação do castelo (Fig. 4.3.). Tem paredes que se prolongam sob as de uma sala interpretada como mesquita e a sua orientação aproxima-se da observada para outras construções da fase mais antiga. Num plano mais elevado está a pequena mesquita (Fig. 4. 1 e 4.2.), que se sobrepõe e aproveita parte de uma das paredes desta casa.

O espaço de oração foi construído perto da porta de entrada na área amuralhada inferior, apresenta uma orientação que corta completamente com o plano

urbanístico anterior e impõe-se como construção isolada em relação aos espaços habitacionais que se encontram nas proximidades, junto do pano de muralha norte.

A sala da pequena mesquita está bastante destruída, quase ao nível dos alicerces. As paredes são de xisto argamassado com terra e têm 55/60 cm de espessura. É de nave única, de planta rectangular, com 7,60 m de comprimento por 2,90/3 m de largura, definindo um espaço interno de apenas 22,8 m<sup>2</sup>. A parede voltada a sudeste, corresponde à *qibla* e tem uma orientação a 165 graus. É nesta parede que se encontra o *mihrab* e a porta de entrada, que abre para um pequeno átrio.

O *mihrab*, visto do exterior, tem planta quadrada, com paredes de 55/60 cm de espessura e o nicho interno, com piso de argila. Define um espaço com cerca de 1 m de lado, mas é provável que, em altura, no interior, definisse uma planta em ábside. Entre os aspectos que permitiram interpretar a função deste espaço como nicho de oração, contam-se a orientação canónica, a sul/sudeste, bem como as suas características, de plataforma elevada vista do exterior, com paredes que ainda conservam 1 m de altura, apresentando grande desnível em relação à rua que se dirige para a porta do castelo.

A entrada na mesquita fazia-se por uma porta, aberta na parede da *qibla*. O vão de acesso, já muito destruído, teria cerca de 80 cm de largura, mas conservava, no lado direito, a laje onde encaixava o gonzo da porta. O desnível em relação ao exterior foi solucionado com cortes na rocha e a colocação de lajes que, embora um pouco deslocadas pelas construções posteriores e destruições após o abandono do castelo, parecem ter definido, pelo menos, um ou dois degraus. Abria-se num pequeno átrio lajeado, no exterior nordeste da sala de oração.

Este espaço (mais tarde fechado e transformado em espaços habitacionais 11 e 12 – Fig. 4.3.) teria um pequeno pórtico, definido, do lado esquerdo da entrada, por um pilar de alvenaria de xisto, de planta quadrada, com cerca de 60 cm de lado, e, do lado direito, um pilar e/ou segmentos de paredes, com aparente forma de L, sendo este pilar e os alinhamentos em L que definem o átrio/pórtico, que tem cerca de 2 m por 3 m de lado (Fig. 4.2.).

Este pequeno pátio seria certamente em pórtico e talvez possuísse uma coluna assente no pilar de alvenaria, visto ter-se encontrado, embora fora de contexto, já no exterior sul da mesquita, um fragmento de base de coluna, em mármore branco. Assim sendo, este pequeno pátio, ou antecâmara, situado do lado nordeste do *mihrab*, era o único acesso à mesquita e resguardava a entrada do espaço

sagrado da oração em relação a quem passasse pela rua que, da porta do castelo se dirigia para as casas situadas do lado norte da muralha. O carácter privado desta mesquita/oratório justificaria as suas reduzidas dimensões e o facto de não se ter identificado um típico pátio de abluções, indispensável nas grandes mesquitas urbanas.

Pelas características da planta, orientação, localização, junto da porta, e rodeado por arruamentos, o edifício foi, sem dúvida, o local de oração deste *hisn*/alcácer, ou palácio rural. Porque corta com a planificação dos edifícios anteriores, terá sido edificado durante as remodelações de época califal, quando também as casas do sector norte levaram obras que alteraram, sensivelmente para sudeste, os anteriores eixos de orientação a nascente/poente. Pode depreender-se, assim, que o espaço sagrado do Castelo Velho reflecte bem o expoente da plena islamização, no século X.

A construção, bastante simples, com paredes pouco espessas, de xisto argamassado com terra, são do mesmo tipo das que existem nas transformações da igreja e nas casas islâmicas do Montinho das Laranjeiras.

A tipologia do edifício aproxima-se, por sua vez, da observada nas mesquitas do mosteiro califal da Rábida de Dunas de Guardamar, em Alicante (AZUAR RUIZ, 1989: 19-27), onde também algumas entradas, sobretudo nas mais pequenas, se fazem na parede da *qibla* ao lado do *mihrab* e apresentam dimensões semelhantes à de Alcoutim. Do mesmo modo, algumas das mesquitas que têm vindo a ser escavadas, sob a direcção de Rosa e Mário Varela Gomes, no mosteiro islâmico da Ponta da Atalaia, em Aljezur, têm paralelos com a do Castelo Velho, caracterizando-se por sala de oração de nave única, de planta rectangular, e *mihrab* de planta quadrangular.

O mesmo acontece em espaços urbanos, por exemplo em Mértola, onde recentes escavações, levadas a cabo no exterior da mesquita, revelaram um anterior *mihrab*, de planta quadrada, atribuído à época califal, sobre o qual assentou o de época almóada<sup>2</sup>. Quanto ao tipo de entrada e posição topográfica, também a mesquita principal da cidade islâmica de Vascos (Toledo), embora sendo de maiores dimensões, com quatro naves, tem um átrio de entrada e uma localização junto da porta da alcáçova. Na mesma cidade há, porém, outra mesquita, de pequenas dimensões, com sala de oração rectangular, de 6,40 m por 2,80 m de lado (IZQUIERDO BENITO, s./d.: 47-

53), superfície que se aproxima muito da mesquita-oratório do Castelo Velho de Alcoutim.

Finalmente, há ainda que considerar alguns fragmentos de elementos arquitectónicos de mármore encontrados durante a escavação. O Castelo Velho está, como já se disse, bastante próximo do Vale da Lourinhã, onde terá existido uma *villa* romana, pelo que é de crer que tenham vindo deste local o fragmento de base de coluna (Fig. 5.1.) encontrado no exterior sul da mesquita, o fuste de coluna que serve de degrau na porta de entrada no castelo, outra coluna integrada numa das paredes de um dos compartimentos escavados no fortim superior, e um fragmento de colunelo, com 15 cm de diâmetro, recolhido na rua, perto da porta do alcácer, entre a cisterna e os degraus de acesso à muralha.

No exterior poente do castelo, junto de um caminho, encontraram-se vários fragmentos de uma placa de mármore, de tom branco acinzentado. O achado mais significativo encontrou-se, porém, na encosta sul, a mais íngreme, já quase no barranco. Trata-se de um fragmento de coluna de mármore branco (Fig. 5.2 e 5.3), possivelmente de Estremoz, que teria entre 25/30 cm de diâmetro e conserva apenas 25 cm de altura. Esta coluna tinha a particularidade de estar decorada em relevo. Duas molduras, ou frisos, em anel sobressaído, dividem três espaços: o inferior, pouco perceptível, é natural que tivesse decoração vegetalista; a faixa do meio apresenta decoração perlada, em três “lágrimas” que caem a partir da moldura; a parte superior, também muito destruída, apresenta as patas, parte do corpo e do pescoço de uma ave, possivelmente uma pomba.

O achado reveste-se de particular interesse: em primeiro lugar por ter sido encontrado, embora à superfície, na encosta sul, numa zona onde, no topo, fica a rua e a mesquita, entre as portas dos dois recintos amuralhados; em segundo lugar, por ter sido nessa rua que se encontrou o fragmento da base de coluna, também de mármore branco, que poderia ter pertencido à mesma peça; em terceiro lugar, por poderem ter pertencido a uma coluna, que assentava no pilar de alvenaria colocado na entrada do átrio da mesquita.

Esta peça é, sem dúvida, um elemento arquitectónico de características paleocristãs e/ou visigóticas, de particular influência bizantina. A representação de aves, mormente a pomba, é bastante significativa na decoração arquitectónica de edifícios religiosos, em placas, frisos, pilastras, colunas, etc. São abundantes os exemplares onde aparece a simbologia de aves, a começar por Ravena, em especial na primorosa decoração do púlpito que se conserva na Catedral (PALOL e RIPOLL, 1988: 33).

<sup>2</sup> Agradeço a Susana Gómez a visita guiada às escavações deste sector da zona da alcáçova.

Esta influência estende-se pelo Norte de África, dando-se como exemplo o capitel “berbero-cristão” da região de Tiaret, no *limes* da Mauritânia Cesareia (CADENAT, 1979: 253). Em Espanha, os exemplos melhor conhecidos encontram-se nas igrejas de San Pedro de la Nave (BARROSO CABRERA e MORIN DE PABLOS, 1997) e de Quintanilla de las Viñas (*ibid.*: 2001).

Em Portugal, para além dos pavões afrontados de Lisboa, podemos apontar, entre outros casos, a região de Beja, respectivamente com as aves da coluna proveniente de Vale de Agueiro (OLIVEIRA e CORREIA, 1993: 32-33), e do frontão triangular de Trigaxes (*ibid.*: 36). Também em Idanha-a-Velha se encontrou uma pequena pilastra que tem, num dos lados, a representação de uma ave (informações de José Luís Gil Cristóvão).

Finalmente, resta saber de onde e quando foi trazida esta coluna e os outros fragmentos de mármore para o Castelo Velho de Alcoutim. As hipóteses de proveniência só podem estar relacionadas com a existência de templos paleocristãos, ou visigóticos, que tivessem existido nas *villae* mais próximas: o Vale da Lourinhã, que fica a cerca de 500 m, numa plataforma junto do Guadinana, a nordeste do cabeço onde está o castelo; a zona de S. Martinho de Cortes Pereiras, que fica a cerca de 4,5 km para poente. Acontece, porém, que em nenhum destes sítios foram, até agora, encontrados elementos arquitectónicos do mesmo tipo da coluna decorada do castelo. Menos provável, por estarem mais distantes, mas onde se confirma terem existido templos cristãos, teriam vindo, eventualmente, de Vale de Condes, a 5 km para sul, ou do Montinho das Laranjeiras, que fica a 8,5/9 km para sul do Castelo Velho.

O aproveitamento destas peças parece ter acontecido durante as remodelações urbanas da segunda fase de ocupação do castelo, embora pela sua posição, a servir de degrau, a coluna da entrada na muralha baixa possa ter sido aí colocada logo no primeiro momento de construção. Mais condicente com as obras que se atribuem ao período califal é a colocação da coluna que está numa das paredes de um dos compartimentos habitacionais do alcácer (compartimento S). Por fim, a descontextualização estratigráfica da base e da coluna decorada não permite senão colocar a hipótese de que tenham feito parte do pórtico de entrada na mesquita califal.

## 6. Em síntese

No estado actual da investigação, este texto é apenas o ponto de chegada possível para se poder vir a

compreender melhor as diversas formas de habitar em Alcoutim, no longo período situado entre a Antiguidade tardia (séculos V/VI) e o processo de islamização. No entanto, as prospecções permitiram observar diferentes modelos de implantação nos núcleos de povoamento que antecedem as alcarias, já plenamente islâmicas, cujos vestígios de superfície apontam para uma ocupação a partir dos séculos X/XI.

As *villae* e outros sítios nitidamente de origem romana, localizados sobretudo perto do Guadiana, mas também no interior do concelho, em vales abertos e zonas pouco elevadas, revelaram, para o período em questão, cerâmicas de importação, que incluem as formas tardias de *sigillata* clara D, em circulação nos séculos V/VI, bem como alguns fragmentos de ânforas, de tipo Almagro 51C, e uma moeda, possivelmente do reinado de Arcádio, encontrada no sítio de Corga dos Coiros.

Outros sítios, normalmente localizados em cabeços elevados, por vezes perto de minas com exploração antiga, parecem obedecer a uma diferente estratégia de ocupação, em povoados de altura. Aqui, os achados de superfície são as cerâmicas comuns, por vezes decoradas, para além de abundantes telhas digitadas, fragmentos de *dolia* e de pesos de tear.

Nestes últimos povoados, a ausência de cerâmica tipicamente romana e de cerâmica islâmica vidrada, levam a colocar a hipótese de corresponderem a pequenas comunidades agro-pastoris e mineiras, que aí habitaram, num período cronológico relativamente curto, entre o período visigótico e os inícios da época islâmica, eventualmente até ao século IX, ou aos inícios do período califal.

Para o século VII refira-se, inclusivamente, que são provenientes de Alcoutim, achadas em local não especificado, duas moedas visigóticas, que estavam à venda, em 1949, numa ourivesaria de Lisboa: uma, do reinado de Recaredo (586-601), foi cunhada em Sevilha; a outra, do reinado de Recesvinto (649-672), foi cunhada em Toledo (FERREIRA, 1949).

Alcoutim, apesar de estar hoje afastada dos grandes centros urbanos, teve no rio Guadiana, como já se disse, um eixo privilegiado de intercâmbio com o mundo mediterrânico, não só ao nível de mercadorias, mas também de novas ideias. Assim sendo, é de crer que, nos séculos V/VI, o Cristianismo tenha começado a expandir-se também no mundo rural do interior, já que a Diocese de Ossunoba foi uma das mais antigas da Península Ibérica, com a presença do Bispo Vicêncio (ou Vicente) no Concílio de Elvira, logo nos inícios do século IV. Por outro lado, entre os meados do século VI e o primeiro quartel do seguinte, o Algarve esteve

sob a alçada dos Bizantinos, sendo natural que estes não tenham exercido a sua influência só a Ossonoba e zonas adjacentes do litoral, mas também a tenham feito chegar mais a norte, via Guadiana, pelo menos até Mértola, como parece estar provado em muitos dos vestígios arqueológicos até agora aí exumados (LOPES, 2003).

De momento, porém, apenas podemos tecer algumas considerações sobre a cristianização e a islamização na região de Alcoutim. Em relação à Arqueologia da Religião, os objectivos que me guiaram foram muito directos e concisos: em primeiro lugar, dar a conhecer de forma mais sistematizada os exemplos arqueológicos identificados no concelho e colocar algumas questões em torno da igreja cruciforme do Montinho das Laranjeiras; em particular, dar a primeira notícia da identificação de uma mesquita califal no Castelo Velho.

Entre Mértola e o litoral, o Montinho das Laranjeiras, com a sua igreja cruciforme visigótica, de indiscutível influência bizantina, não será um caso isolado no concelho. Indicaram-se outros exemplos, cujos vestígios apontam para a existência de edifícios de culto na mesma época, ou até de inícios do paleocristianismo. Mas estão localizados em sítios que não foram objecto de escavações arqueológicas conducentes a análises estratigráficas e diacrónicas de ocupação, pelo que só pudemos dar algumas pistas para futuras investigações.

No interior, a mais de 20 km do Guadiana, os elementos arquitectónicos de Clarines apresentam decoração de filiação bizantino/sassânida e visigótica e terão pertencido a um templo cristão, cuja cronologia pode estende-se para além dos séculos VI/VII, numa continuidade de culto moçárabe.

Em Vale de Condes, junto do rio, uma necrópole atribuída ao período visigótico e o achado da pedra que pertenceu a uma mesa de altar são as razões que me levam a indicar este sítio como também tendo sido cristianizado, numa fase indeterminada, entre a Antiguidade tardia e a transição para a Alta Idade Média. No entanto, esta *villa*, ao contrário de Clarines, não mostra à superfície sinal ter sido ocupada no período islâmico.

Mais arriscado seria indicar presença de edifícios paleocristãos em S. Bento Velho e S. Martinho Velho, embora no último caso questionemos se a pia de mármore, que existia na Fonte do Povo, não teria pertencido a uma piscina baptismal. Por outro lado, também com dúvidas, será que a coluna decorada, assim como os outros fragmentos encontrados no Castelo Velho foram levados do Vale da Lourinhã?

A islamização de espaços sagrados e funerários de época visigótica aparece recorrentemente, como é de conhecimento geral, no território de al-Andalus. Reviu-se, neste aspecto, a interpretação da igreja do Montinho das Laranjeiras, que terá sido transformada, em data incerta, numa mesquita, a que está associado um pequeno cemitério, cujas sepulturas se posicionam de forma completamente distinta em relação às que atribuímos ao período visigótico.

É possível que o edifício cristão se tenha mantido ao culto moçárabe durante os séculos VIII e IX. Mas as transformações aí ocorridas e a sua relação com as casas muçulmanas, que se encontram bem visíveis, sobretudo no prolongamento do lado do baptistério, levam a colocar a hipótese de a igreja cruciforme se ter convertido em mesquita. Eventualmente, a partir do califado e reinos de taifas, já estavam completamente islamizados os indivíduos que habitavam nessas casas, onde as escavações revelaram ocupação até ao século XIII.

Finalmente, também a sagração de uma mesquita no Castelo Velho parece ter ocorrido só no século X, durante as obras califais que provocaram alterações na anterior planificação urbana. Esta é a primeira mesquita identificada no concelho; mas é natural que tivessem existido outras, não só porque se conservam topónimos Mesquita mas, fundamentalmente, porque existem sítios arqueológicos com considerável densidade de ocupação islâmica, que corresponderiam a grandes alcarias, sendo natural que tivessem o respectivo lugar de culto.

**BIBLIOGRAFIA:**

- ALARCÃO, Jorge de, 1988 – *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 3, Aris & Phillips Ltd – Warminster.
- ALMEIDA, Fernando de, 1962 – “A arte visigótica em Portugal”, *Arqueólogo Português*, Nova Série, vol. IV, Lisboa, pp. 8-278.
- AZUAR RUIZ, Rafael (coord.), 1989 – *La rabita califal de las Dunas de Guardamar (Alicante)*, Diputación Provincial de Alicante.
- BARROSO CABRERA, Rafael e MORIN DE PABLOS, Jorge, 1997 – *La iglesia visigoda de San Pedro de la Nave*, Ed. B.M.M. & P., Madrid.
- BARROSO CABRERA, Rafael e MORIN DE PABLOS, Jorge, 2001 – *La Iglesia de Santa Maria de Quintanilla de las Viñas*, Ed. B.M.M. & P., Madrid.
- CABALLERO ZOREDA, Luis, 1998 – “Arquitectura visigótica y musulmana. Continuidad, concurrencia o innovación?”, *Ruptura o continuidad. Pervivencias preislámicas en Al-Andalus, Cuadernos Emeritenses* – 15, Mérida, pp. 143-176.
- CADENAT, Pierre, 1979 – “Chapiteaux tardifs du limes de Maurétanie Césarienne dans la région de Tairet”, *Antiquités Africaines*, t. 14, Ed. C.N.R.S., Paris, pp. 247-260.
- CATARINO, Helena, 1997/98 - *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica - povoamento e recintos fortificados*, 3 vols., Al’Uliã, nº 6, Câmara Municipal de Loulé, Loulé.
- 2001 - “Castelos e território do Algarve em vésperas da Reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé”, *V Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II (Valladolid, 1999), Junta de Castilla y León, pp. 693-705.
- COUTINHO, Helder, 2003 – “Os buyut do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim) – escavações de 2000”, *Xelb* nº 4, Câmara Municipal de Silves, pp. 265-278.
- DOMERGUE, Claude, 1990 – *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l’Antiquité romaine*, École Française de Rome – 127, Paris-Roma.
- ENCARNAÇÃO, José d’, 1984 – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, 2 vols, Instituto de Arqueologia, Coimbra.
- FERNÁNDEZ DOMÍNGUEZ, Carmen, 1995 – “Ultimo sondeo en el cementerio islamico de Malaga”, *Estudios sobre cementerios islámicos andalusíes*, Estudios y Ensayos, Universidad de Malaga, pp. 69-82.
- FERREIRA, Octávio da Veiga, 1949 – “Duas moedas visigóticas inéditas”, *Separata do Correio do Sul*, Faro.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo, s/d – *Vascos: vida cotidiana en una ciudad fronteriza de al-Andalus*, Catálogo de exposición, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.
- LOPES, Virgílio, 2003 – *Mértola na Antiguidade tardia. A topografia histórica da cidade e do seu território nos alvares do cristianismo*, Ed. do Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIEL, M. Justino, 1993 – “Re-escavações na villa romana do Montinho das Laranjediras (Alcoutim)”, *Arqueologia Medieval*, 2, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 17-28.
- 1996 – *Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal*, Ed. de Autor, Lisboa.
- 2000 – “Do romano ao islâmico: as escavações de 1997 na villa do Montinho das Laranjeiras (Algarve)”, *Actas do III Congresso Peninsular de Arqueologia*, vol. VI, Porto, pp. 657-668.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Julián et al., 1995 – “Las necropolis hispanomusulmanas de Almeria”, *Estudios sobre cementerios islámicos andalusíes*, Estudios y Ensayos, Universidad de Malaga, pp. 83-115.
- MATEOS, P. e CABALLERO, L. (eds.), 2003 – *Repertorio de arquitectura cristiana en Extremadura: época tardoantigua y altomedieval*, Archivo Español de Arqueología, Anexos XXIX, CSIC, Mérida.
- OLIVEIRA, José Carlos e CORREIA, Susana (coord. de), 1993 – *Núcleo visigótico*, Ed. do Museu Regional de Beja.
- PALOL, Pedro de e RIPOLL, Gisela, 1988 – *Los Godos en el occidente europeo*, Encuentro Ediciones, Madrid.
- SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Affonso dos, 1972 – *Arqueologia romana do Algarve*, 2 vols, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- SIDARUS, Adel e TEICHNER, Felix, 1997 – “Termas romanas no Gharb al-Ândalus. As inscrições árabes de Milreu (Estói)”, *Arqueologia Medieval*, 5, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, Porto, pp. 177-189.

- TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (Coord. de),  
1993 – *Museu de Mértola. Basilica  
Paleocristã*, Campo Arqueológico de Mértola.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da, 1887 – *Antiguidades  
Monumentaes do Algarve*, II, Lisboa.
- ZOZAYA, Juan, 1998 – “771-856: los primeros años  
del Islam andalusi o una hipótesis de trabajo”,  
*Ruptura o continuidad. Pervivencias  
preislámicas en Al-Andalus, Cuadernos  
Emeritenses* – 15, Mérida, pp. 83-142.

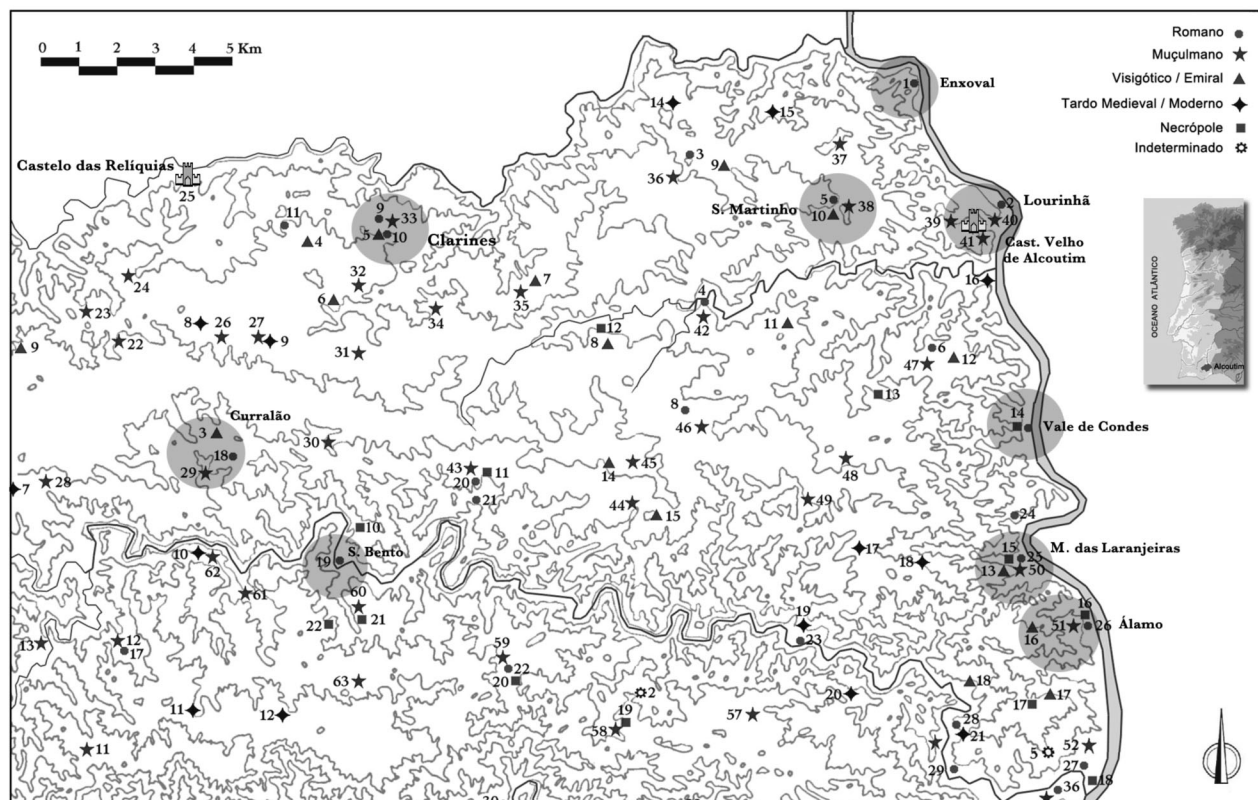


Fig. 1 – Povoamento romano e medieval entre os *husum* omíadas de Castelo Velho de Alcoutim e Castelo das Relíquias, assinalando-se os principais sítios comentados no texto.

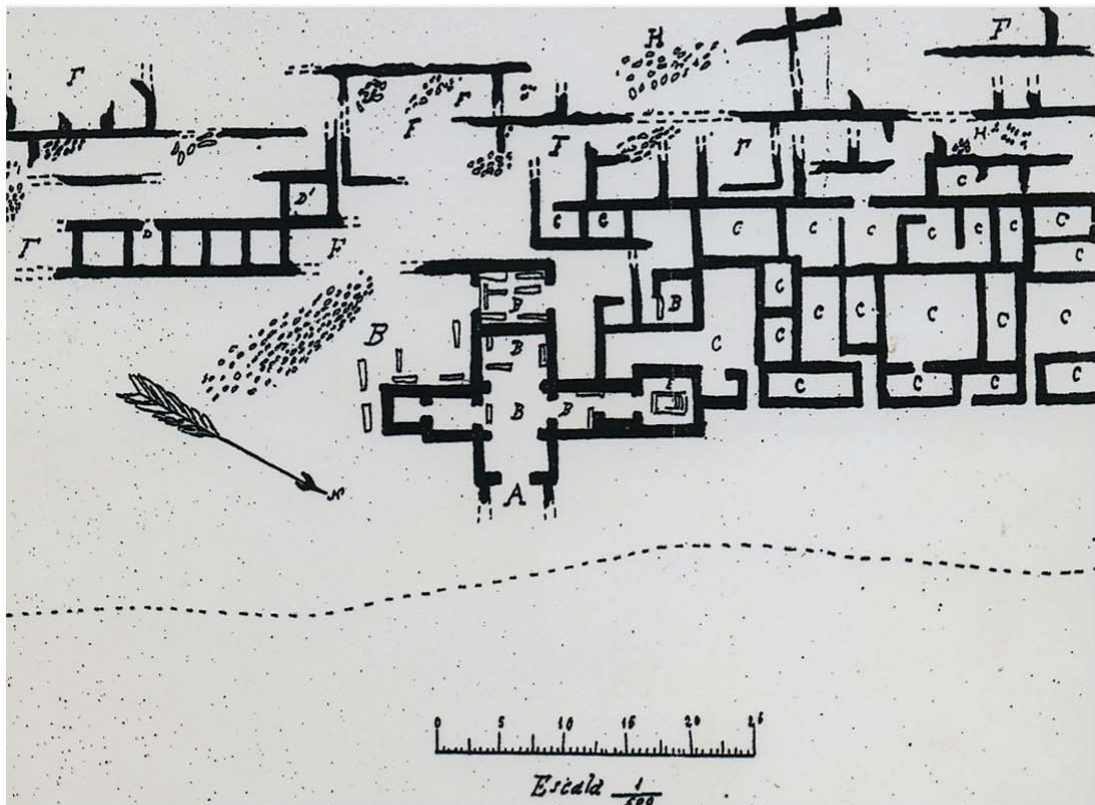


Fig. 2 - Montinho das Laranjeiras.

- 1 - Reprodução da planta de Estácio da Veiga (extraído de Santos, 1972)
- 2 - Sobreposição de paredes no braço sudoeste da igreja.



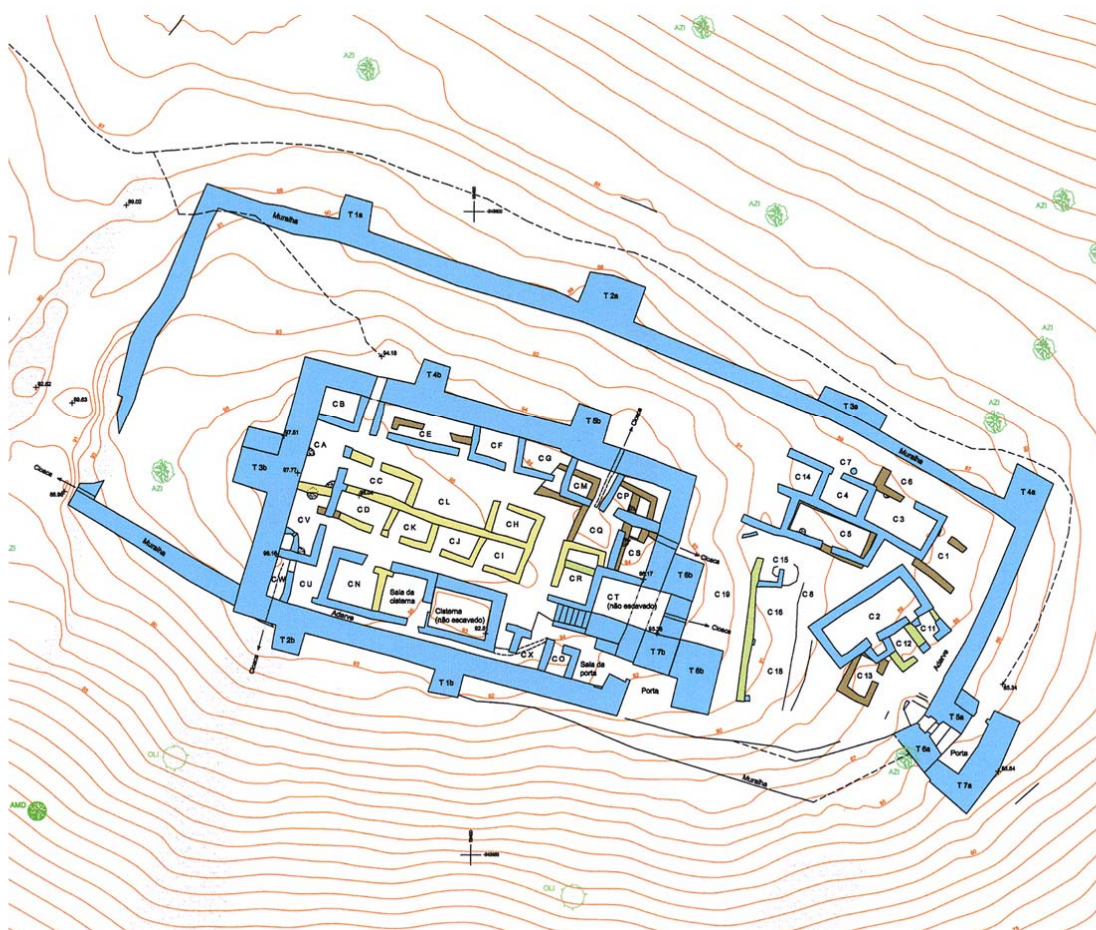
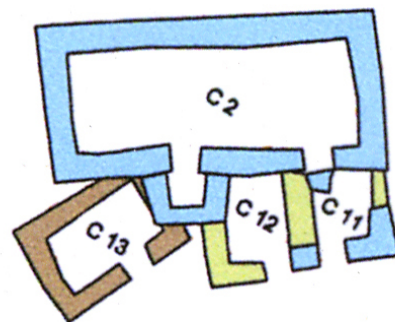
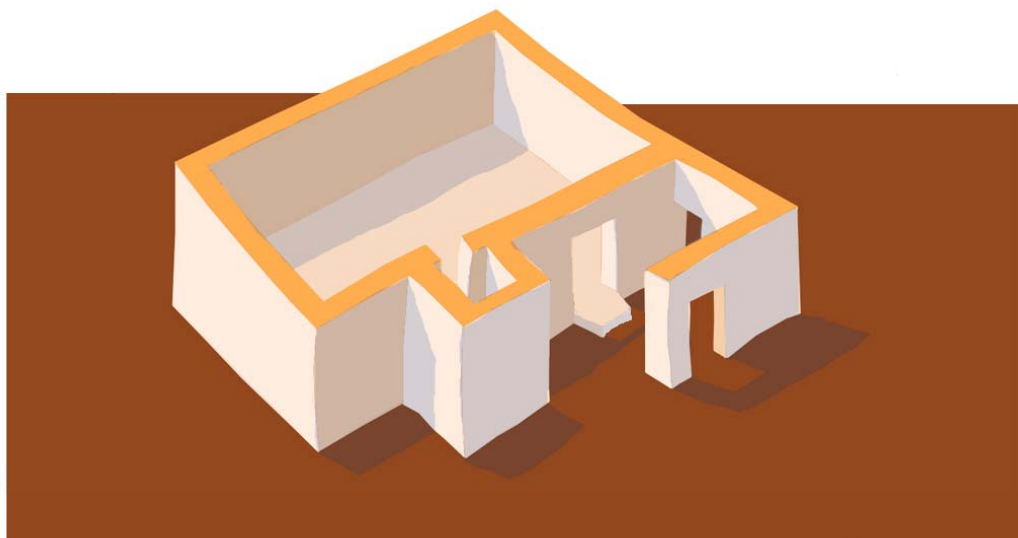


Fig. 3 - Castelo Velho de Alcoutim.  
1 - Fotografia aérea; 2 - Planta topográfica esquemática



0 2m

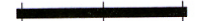


Fig. 4 - Castelo Velho de Alcoutim.  
1 - Edifício da mesquita/oratório; 2 - Reconstituição hipotética;  
3 - Planta esquemática com estruturas anteriores (C13) e posteriores (C11/C12)

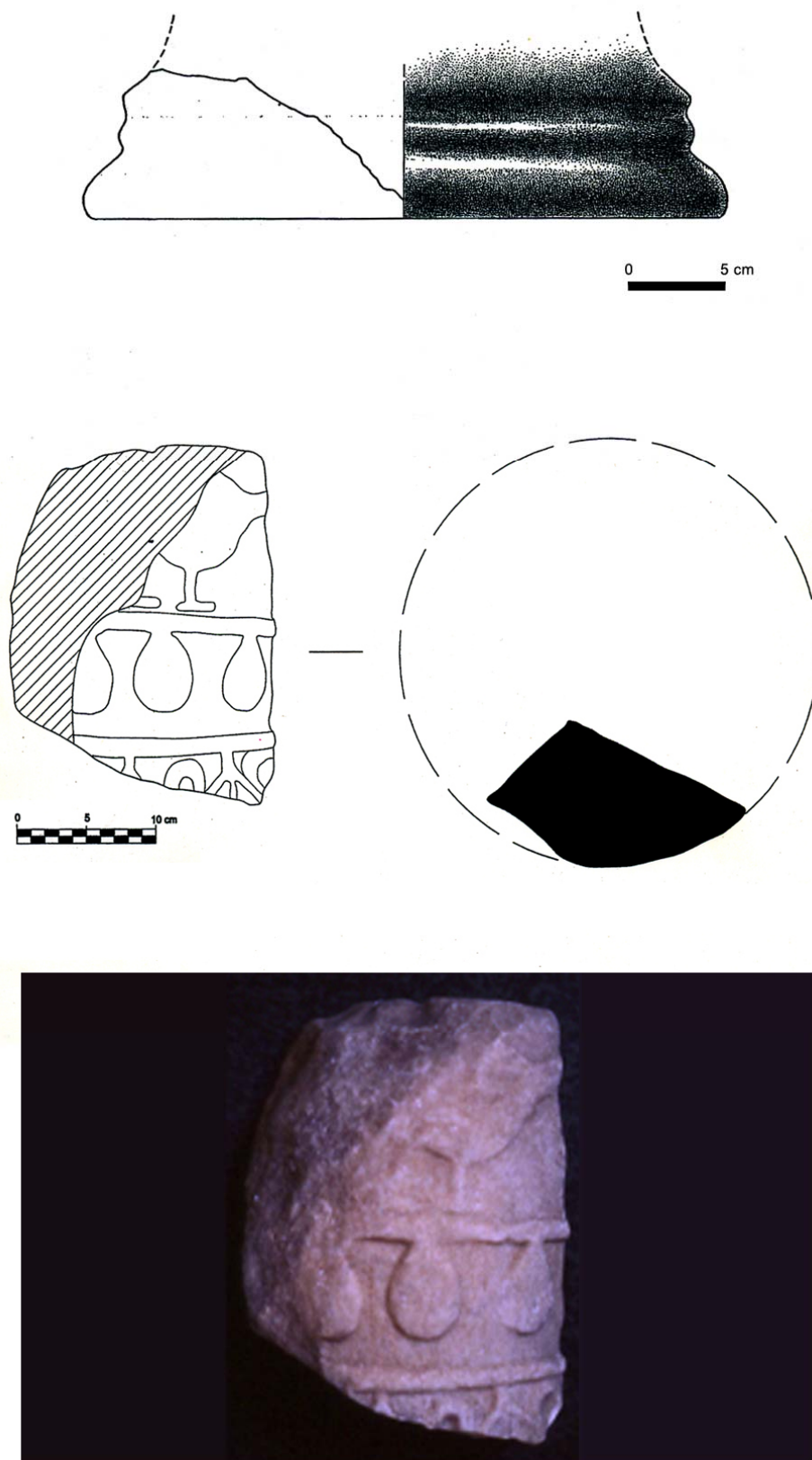


Fig. 5 - Base de coluna e fragmento de coluna decorada, do Castelo Velho de Alcoutim



Fig. 6 - Pia da Fonte do Povo (Cortes Pereiras)



Fig. 7 - Friso visigótico de Clarines